

ECONOMIA URBANA E DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL NA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL

URBAN ECONOMY AND MUNICIPAL DEVELOPMENT IN THE SOUTHERN HALF OF RIO GRANDE DO SUL STATE IN BRAZIL

ECONOMÍA URBANA Y DESARROLLO MUNICIPIO EN LA MITAD SUR DE RIO GRANDE DO SUL EN BRASIL

Osmar Faustino de Oliveira¹

<https://orcid.org/0000-0001-8341-9154>

Jandir Ferrera de Lima²

<https://orcid.org/0000-0002-0359-0670>

Submissão: 20/02/2022 / Aceito: 03/05/2022 / Publicado: 30/06/2022.

Resumo:

O objetivo deste artigo é analisar o dinamismo da economia urbana e o grau de desenvolvimento socioeconômico dos municípios da região Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil no período 2006 a 2016. O procedimento metodológico foi a construção de indicadores de centralidade e disparidade do desenvolvimento socioeconômico utilizando dados do Produto Interno Bruto, população, educação, saúde, renda e emprego. Os resultados apontaram que um conjunto de municípios conseguiu avançar de forma significativa no crescimento econômico, porém isso não resultou em ganhos no nível de desenvolvimento socioeconômico. O êxodo da população e o crescimento de atividades produtivas que tiveram pouco impacto na geração de emprego e renda demonstram a necessidade de políticas públicas mais focalizadas na região.

Palavras-chave: Polarização; Análise regional; Desenvolvimento regional; Desenvolvimento econômico; Economia regional.

Abstract:

The objective of this paper is to analyze the dynamism of the urban economy and the degree of socioeconomic development of the municipalities in the Southern region of Rio Grande do Sul State, in Brazil in the period 2006 to 2016. The methodological procedure was the construction of indicators of centrality and disparity of socioeconomic development using data on Gross Domestic Product, population, education, health, income and employment. The results pointed out that a set

¹Doutorando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestre em Desenvolvimento Urbano (UFPE). Bolsista da CAPES. Colaborador em projeto do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). E-mail: osmarfaustino@yahoo.com.br

²Professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA) e Economia (PGE) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Ph.D. em Desenvolvimento Regional (UQAC). Pesquisador do NDR/UNIOESTE, GRIR/UQAC e CRDT/Canadá. Bolsista e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). E-mail: Jandir.lima@unioeste.br



of municipalities managed to advance significantly in economic growth, however, this did not result in gains in the level of socioeconomic development. The exodus of the population and the growth of productive activities that had little impact on the generation of employment and income demonstrate the need for more focused public policies in the region.

Keywords: Polarization; Regional analysis; Regional development; Economic development; Regional economy.

Resumen:

El objetivo de este artículo es analizar el dinamismo de la economía urbana y el grado de desarrollo socioeconómico de los municipios de la región Sur del Estado de Rio Grande do Sul, Brasil, en el período 2006 a 2016. El procedimiento metodológico fue la construcción de indicadores de centralidad y disparidad del desarrollo socioeconómico a partir de datos de Producto Interior Bruto, población, educación, sanidad, renta y empleo. Los resultados señalaron que un conjunto de municipios logró avanzar significativamente en el crecimiento económico, sin embargo, esto no se tradujo en ganancias en el nivel de desarrollo socioeconómico. El éxodo de la población y el crecimiento de las actividades productivas que tuvieron poco impacto en la generación de empleo e ingresos demuestran la necesidad de políticas públicas más focalizadas en la región.

Palabras clave: Polarización; Análisis regional; Desarrollo regional; Desarrollo económico; Economía regional.

INTRODUÇÃO

No início do século XXI o Ministério do Desenvolvimento Regional concebeu o Programa de Promoção e Inserção Econômica de Sub-Regiões (PROMOVER) e o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável das Mesorregiões Diferenciadas (PROMESO), a partir da identificação de treze espaços subnacionais adjacentes, contíguos, indiferentes aos limites estaduais que foram denominadas Mesorregiões Diferenciadas.

Além de problemas ligados ao dinamismo econômico, como estagnação ou baixos níveis de crescimento e desenvolvimento econômico, os espaços elencados como Mesorregiões Diferenciadas também compartilham características produtivas, culturais e geográficas muito próximas. Além disso, a criação do PROMESO e do PROMOVER estimulou a formação de uma instância de discussão e planejamento, caracterizado como Fórum da Mesorregião, que é um arranjo político e institucional, com a participação das lideranças e representantes da sociedade civil organizada (ETGES, 2005; BRASIL/PROMESO, 2009; CARGNIN, 2014; VASCONCELOS; ANTONELLO, 2020).

O Fórum da Mesorregião vem ao encontro da ideia de se formar uma inteligência territorial, a fim de promover o desenvolvimento endógeno. Joyal e Bessa (2012) referendam a formação dessa “inteligência” como um instrumento mais que deliberativo, mas formador de pactos pelo



desenvolvimento localizado, no qual os diferentes atores dialogam, encontram convergências e promovem ações conjuntas em prol da região.

O Fórum das Mesorregiões Diferenciadas são também espaços de negociação e de articulação das ações federais nas regiões, o que lhe torna também o foco operacional da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). As lideranças das Mesorregiões Diferenciadas, por meio do Fórum Regional participam das decisões sobre políticas públicas, planejamento, monitoramento e a avaliação das ações da PNDR voltadas ao desenvolvimento de sua região (SILVA, 2016).

A Mesorregião Diferenciada Metade Sul do Rio Grande do Sul (Mesosul), localizada na porção meridional do Brasil, foi uma das treze Mesorregiões identificadas com a criação do PROMESO, em 2004. No diagnóstico de identificação dos espaços subnacionais que levaram ao recorte territorial da Mesosul apontou a perda de dinamismo da economia regional, a partir dos baixos níveis de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos seus municípios; da economia baseada no setor primário, das dificuldades em reter população, dentre outros. Esse diagnóstico estimulou, dentre seus objetivos, a busca pelo desenvolvimento econômico sustentável a partir do fortalecimento da base econômica local (ETGES, 2005).

A forte complexidade que provoca o urbano e o rural em suas inter-relações definem no significado e na extensão das regiões e territórios, tanto que nas municipalidades pequenas no urbano e no rural se misturam em determinado modo de vida, num formato de vivenciar o espaço (KIELING; SILVEIRA, 2015). Além dessa miscelânea, as cidades necessitam se inter-relacionar com as outras, desenvolvendo um sistema, determinando organizações sociais e seu encontro em relações mercantis. As cidades que conseguem se fortalecer nesse sistema conseguem ir além de uma relação genuinamente urbana e rural (CARDOZO, CASTRO JR.; MÜLLER, 2020). A formação do *continuum* urbano-rural e na sequência a sua transição para um *continuum* urbano-industrial reforça as complexidades e demanda mais complexidades produtivas.

Frente ao exposto, essa análise observa a problemática da Mesorregião Diferenciada Metade Sul do Rio Grande do Sul (Mesosul), se ela avançou ou estagnou no crescimento e desenvolvimento socioeconômico das suas municipalidades e ampliou a sua economia urbana no início do século XXI. Para visualizar essa problemática, essa análise se utiliza de indicadores de centralidade e de disparidade socioeconômica, que serão detalhados na metodologia do estudo. Os resultados servirão como um parâmetro para as lideranças regionais, para os formuladores de

políticas públicas e demais pesquisadores sobre o avanço ou retrocesso da economia regional nos últimos anos no espaço de abrangência da Mesosul.

O objetivo desse estudo é analisar o dinamismo da economia urbana e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios que compõem a Mesorregião Diferenciada Metade Sul do Rio Grande do Sul (MESOSUL)³, no Brasil. Esse recorte regional tem origem na subdivisão subnacional promovida pelo antigo Ministério da Integração Nacional (MIN), atual Ministério do Desenvolvimento Regional, em ações de política pública. O artigo divide-se em introdução, referencial teórico, procedimentos metodológicos, discussão dos resultados, considerações finais e referências.

REFERENCIAL TEÓRICO

A relação entre áreas de mercado e a centralidade dos lugares, em particular das aglomerações surgiu na geografia econômica e na economia espacial, com o estudo pioneiro de Walter Christaller (1966), ao analisar a organização do espaço no sudoeste da Alemanha. Para Christaller (1966), a organização e a hierarquização dos lugares ocorrem por meio de uma rede de cidades, cuja escala de importância acontece pelo adensamento das atividades urbanas, em especial do setor terciário. A especialização e o fortalecimento do *continuum* urbano em comércio e serviços influencia o grau de importância da aglomeração urbana na região. Quanto maior a aglomeração urbana, maior sua polarização e centralidade, abarcando uma área de mercado e influência progressivamente mais ampla. A centralidade urbana define as hierarquias e as áreas de mercado cada vez mais inseridas no sistema de cidades.

O conceito de centralidade urbana reforça a interpretação da concentração urbana como resultado das atividades produtivas em larga escala e o amplo consumo de bens e serviços. A produção urbana é organizada em redes de “lugares centrais”, que distribuem bens e serviços às aglomerações e regiões no seu entorno. Quanto mais a centralidade se fortalece, maior a polarização regional e a tendência à concentração do processo de crescimento do produto da economia. Nesse caso, as políticas regionais buscam estimular a maior dispersão das atividades urbanas (CAVALCANTE, 2008; FERRERA DE LIMA, 2016).

No início da ocupação das regiões os assentamentos humanos necessitavam de recursos naturais para sua manutenção, tanto de subsistência como para a geração de excedentes. Em geral,

³ Esse texto é resultado preliminar de um estudo mais amplo sobre as Mesorregiões Diferenciadas subsidiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), por meio do Edital Universal.



os primeiros assentamentos humanos focaram exclusivamente na coleta e/ou produção agropecuária para atender as condições de vida material das famílias e do conjunto das comunidades. Os excedentes gerados nessa estrutura produtiva começaram a estabelecer as relações comerciais inter-regionais e fortaleceram a integração das aglomerações. Ao longo do tempo, os assentamentos humanos esparsos e as coletividades se fortaleceram, se integraram, se aglomeraram mais e começaram a fortalecer a urbanização das regiões. Cada vez mais as áreas rurais e urbanas se integraram na complementariedade de serviços e recursos, formando o *continuum* urbano-rural (ALVES *et al*, 2007).

A complexidade que gera o urbano e o rural em suas inter-relações define o sentido e a dimensão das regiões e territórios, tanto que nos municípios pequenos urbano e rural se mesclam num modo de vida, numa forma de vivenciar o espaço (KIELING; SILVEIRA, 2015 p. 134). Além dessa mistura, as cidades precisam se inter-relacionar com as outras, formando um sistema, determinando organizações sociais e seu encontro em relações mercantis. As cidades que conseguem se fortalecer nesse sistema conseguem ir além de uma relação puramente urbana e rural (CARDOZO, CASTRO JR.; MÜLLER, 2020). A formação do *continuum* urbano-rural e na sequência a sua transição para um *continuum* urbano-industrial reforça as complexidades e demanda mais complexidades produtivas.

A formação do *continuum* urbano-rural e sua transição, em alguns casos para um *continuum* urbano-industrial demonstra que o desenvolvimento é um processo histórico, ou seja, que ocorre ao longo da história e ocorre pela interação de fatores econômicos, políticos e sociais (FURTADO, 2001). A interação destes fatores coloca em evidência dois atores: o Estado e a região (ALVES *et al*, 2018). No caso específico do desenvolvimento regional, também é um processo que estimula regiões atrasadas a se tornarem regiões avançadas, tanto em aspectos econômicos quanto sociais e ambientais. E o perfil do *continuum* urbano também é reflexo desse processo de desenvolvimento regional, pois minimiza a dualidade entre as localidades e territórios, que integram a região (ALVES *et al*, 2007). Ao longo do tempo, o desenvolvimento regional tende a diminuir as desigualdades entre as aglomerações e sua dualidade.

A dualidade se apresenta de duas formas: a estática e a dinâmica. Na dualidade estática não há associação ou muito pouca associação entre as atividades urbanas e rurais. Essa associação limitada não estimula o aumento da produtividade e a expansão das atividades produtivas. Na dualidade dinâmica a associação entre atividades urbanas e rurais fortalecem as cadeias produtivas, estimulam o consumo dos excedentes e ampliam o número de atividades produtivas, o que

caracteriza o avanço no processo de desenvolvimento econômico e as mudanças no perfil do *continuum* urbano (HAYAMI; RUTTAN, 1989). Um dos indicadores dessa mudança é o fortalecimento do Produto Interno Bruto *per capita* das atividades urbanas, que demonstra a ampliação da produção e produtividade nas cidades, a criação de áreas de mercado e a centralidade.

Logo, as potencialidades de desenvolvimento regional demandam aglomerações urbanas capazes de fortalecer suas atividades produtivas e ampliar sua área de mercado. O que expõe a necessidade da ausência de barreiras em relação à migração, ao movimento de bens, serviços e capital e ao acesso ao emprego e renda. A maior mobilidade de recursos entre as regiões, entre as áreas rurais e as áreas urbanas desempenha um papel relevante na atração de recursos produtivos e domínio de mercados.

A territorialização da atuação pública tem como meio estratégico de tomada de decisão e de ação esferas mais abrangentes sendo nacional ou estadual que estão fora da escala territorial. Nesse caso, o principal desafio do poder público consiste em priorizar as ações públicas mais adequadas às resoluções dos problemas, avaliando as especificidades do território. Esse procedimento pode induzir dinâmicas que levam tanto a valorização quanto a desvalorização do território, em função da qualidade e dos tipos de serviços públicos que são oferecidos, bem como dos acertos e inadequações das ações que são territorializadas (TECCHIO; CAZELLA, 2021).

Logo, o desmantelamento progressivo do setor público e o abatimento mais ou menos drástico dos investimentos sociais nos países do hemisfério Sul sobrevieram com o registro de experiências originais de auto-organização socioeconômica, sociocultural e sociopolítica no nível local, provocando em processos de recriação de identidades territoriais. Em numerosos contextos regionais, sejam urbanos e rurais, suas populações passaram a assumir com autonomia crescente a busca de soluções originais no que diz respeito às opções de dinamização socioeconômica, à organização do trabalho produtivo e à gestão local dos recursos naturais (BIER *et al*, 2020).

No caso da Mesosul nas primeiras décadas do século XX surgiram os primeiros empreendimentos agrícolas empresariais, baseados na produção de grãos e cereais, em substituição parcial da pecuária e da produção de lã. Tanto a produção agrícola quanto pecuária se mantiveram em áreas extensivas, o que influenciou na distribuição das aglomerações urbanas. A dinâmica da agropecuária e seu perfil fundiário influenciaram na organização do espaço e definiram os comportamentos tanto sociais quanto demográficos, as formas de concentração de renda e o estilo de consumo da Mesorregião. Porém, apesar do dinamismo da agropecuária, a região que estava entre as mais ricas do estado do Rio Grande do Sul em termos de Produto Interno Bruto chegou ao



final do século XX estagnada e com baixo dinamismo (ETGES, 2005). Em vista disso, ao longo do tempo, o potencial de centralidade da Mesosul perdeu a capacidade de dinamizar atividades urbanas, haja vista que o perfil extensivo da produção agropecuária não estimulou uma maior dispersão da renda gerada nas atividades rurais.

Frente à realidade da Mesosul, em suas ações o PROMESO tentou amortizar a estagnação e o baixo dinamismo, bem como as disparidades regionais a partir dos ativos endógenos tangíveis e intangíveis, com base no fomento das potencialidades e ativos de capital humano e social, a integração e articulação dos atores regionais (ROCHA NETO; BORGES, 2016).

Os principais instrumentos utilizados para a integração e articulação dos atores em prol do potencial endógeno da Mesosul foram os chamados portais de difusão e os sistemas de informação mesorregional, balizados pelos Planos de Ação Mesorregional, que priorizavam as demandas regionais. A execução dos programas era conduzida por organizações regionais e acordos entre municípios. O andamento dos projetos sempre esteve atrelado à articulação entre os atores e as esferas de governo, mas apresentavam estágios diferenciados nos municípios (FERREIRA; MOREIRA, 2007; CARGNIN, 2014; DEMARCO; MAIA, 2014).

Além das ações do Fórum de Desenvolvimento da Mesorregião Mesosul capitaneada pelo governo federal, a Mesosul possuía em sua área de abrangência oito Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), quais sejam: Campanha, Central, Centro Sul, Fronteira Oeste, Sul, Jacuí Centro, Litoral e Vale do Rio Pardo, cuja organização sucedeu por meio da ação do governo estadual no final do século XX. Os COREDES, além de entidades jurídicas da comunidade regional, têm por finalidade assessorar o Governo Estadual na definição e planejamento de diretrizes gerais para o desenvolvimento regional. Ou seja, a Mesosul está bem estruturada em termos de instâncias deliberativas para o diálogo, ações e gestão em prol do desenvolvimento regional (ETGES, 2005).

Frente ao exposto, se reforça o questionamento dessa análise sobre o desempenho dos indicadores de desenvolvimento socioeconômico e de centralidade da Mesosul no século XXI, no período de intervenções do PROMESO. Na sequência, os procedimentos metodológicos irão detalhar a forma que a análise será efetuada e área de estudo abarcada.

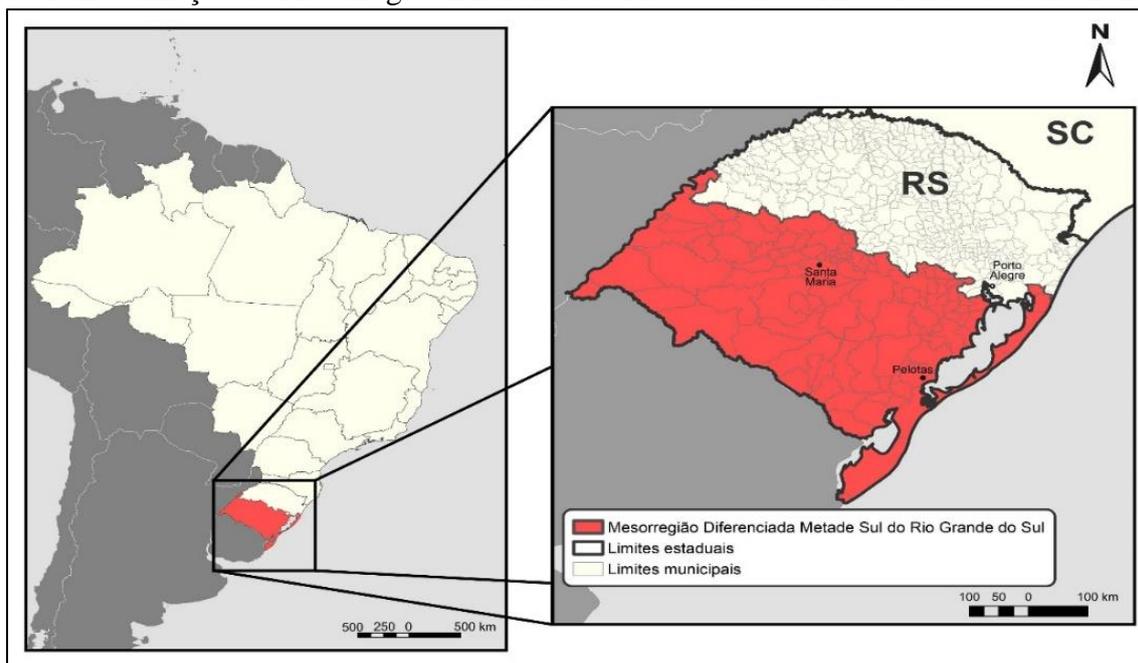
METODOLOGIA

A Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul (Mesosul) é um território com mais de 150.000 Km². Em 2000, ela possuía 2,6 milhões de habitantes, contingente que diminuiu para 2,54



milhões de habitantes, em 2010. Os 104 municípios que a compõem estão no bioma “Pampa”, com clima, solo, recursos genéticos e águas subterrâneas e de superfície homogênea (ver figura 01). A Mesorregião também se posiciona na área da faixa de fronteira brasileira com o Uruguai e a Argentina (BRASIL, 2012).

Figura 01. Localização da Mesorregião Diferenciada Metade Sul do Rio Grande do Sul - 2021.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE (2021).

O procedimento metodológico dessa pesquisa consistiu em uma análise quantitativa por meio de estatística descritiva e análise de índices e indicadores socioeconômicos para obter resultados sobre a centralidade e o grau do desenvolvimento socioeconômico da Mesorregião Diferenciada Metade Sul do Rio Grande do Sul. Logo, o período de análise foi 2006 a 2016. A escolha por esse período advém pela disponibilidade de dados e o mesmo foi caracterizado por um ciclo de crescimento econômico que perdurou até 2016. Além disso, a atuação do PROMESO e do PROMOVER se esgotaram em 2014, em função da mudança das políticas regionais.

Foram utilizados dados da população e do Produto Interno Bruto (PIB) coletados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados de PIB foram deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), tendo como base o ano de 2005. Também foi utilizado o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) para compreender o grau de desenvolvimento socioeconômico dos municípios e sua convergência para estágios mais altos de

desenvolvimento. A convergência implica na tendência dos municípios menos desenvolvidos em auferir um dinamismo igual ou superior aos mais desenvolvidos e se aproximar dos seus indicadores.

O IFDM foi criado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), com o intuito de avaliar o desempenho socioeconômico de cada município, em três dimensões: educação, saúde, renda & emprego. As dimensões são estimadas a partir de estatísticas públicas oficiais, com dados dos Ministérios da Economia, Educação e Saúde. O IFDM é classificado da seguinte forma: municípios com IFDM entre 0,0 e 0,399 = baixo estágio de desenvolvimento; municípios com IFDM entre 0,400 e 0,599 = desenvolvimento regular; municípios com IFDM entre 0,600 e 0,799 = desenvolvimento moderado; municípios com IFDM entre 0,800 e 1,0 = alto estágio de desenvolvimento (FIRJAN, 2021).

Para analisar a centralidade do crescimento econômico dos municípios que compõem a Mesosul, foi utilizado o Índice de Centralidade (IC) de Christaller (1966). O IC foi estimado a partir do Produto Interno Bruto (PIB) urbano (setores secundário e terciário), a população municipal e o total da Mesorregião. Para Christaller (1966) é a centralidade representada pelas atividades urbanas o que posicionará a cidade na hierarquia urbana regional.

O Índice de Centralidade (IC) foi concebido originalmente por Christaller (1966). O IC analisa o grau de atratividade dos setores secundário e terciário dos municípios e seus resultados se situam no intervalo de 0 a 1. Quanto mais próximo de 0 for o indicador, então menor é a atratividade das atividades secundárias e terciárias; ao contrário, quanto mais próximo de 1 for o indicador, maior é a atratividade dos setores secundário e terciário no município. A atratividade influenciará a maior ou menor polarização do município no conjunto da região. No Brasil, o IC já foi utilizado nos estudos de Strassburg, Ferrera de Lima e Oliveira (2014); Ferrera de Lima e Bidarra (2019); Silva e Ferrera de Lima (2021); Oliveira e Ferrera de Lima (2021), dentre outros. Para construir o Índice de centralidade (IC) dos municípios da Mesosul, usou-se a equação 01:

$$IC = (PIBurb/POPmun) X (PIBtot/POPmes) \quad (01)$$

Em que:

IC = corresponde ao Índice de Centralidade em relação à população da Mesosul.

PIBurb = PIB urbano (setor secundário e terciário) do município;

POPmun = População do município;

PIBtot/= PIB total do município;

POPmes = População total da Mesosul ou do Brasil.



O Indicador de Centralidade (IC) foi estimado com dois recortes de análise: o primeiro de forma intrarregional, que considerou apenas os municípios da Mesosul em relação à Mesosul como um todo; o segundo de forma inter-regional, que considerou os municípios da Mesosul em relação ao Brasil. Os resultados foram organizados em índice de baixa centralidade (até 1,99), mediana centralidade (de 2,00 a 4,99) e de alta centralidade (acima de 5,00).

Segundo Silva e Ferrera de Lima (2021), o perfil do Índice de Centralidade sugere a concentração e atratividade do PIB urbano *per capita* nos municípios selecionados em relação ao conjunto da Mesorregião Diferenciada da Mesorregião Mesosul. A análise é feita na perspectiva de quanto maior o resultado do IC maior é o grau de concentração nas atividades econômicas urbanas do município e o papel do município na economia regional. A centralidade é observada por meio do crescimento da economia no setor secundário ou terciário em relação ao crescimento da população. Além disso, uma maior centralidade comprova que a hierarquia do município em relação à rede de cidades ao qual ele faz parte é significativa.

De modo geral, níveis baixos do índice evidenciam uma economia urbana pouco atrativa. Ademais, a baixa produtividade pode estar ligada ao aumento de população sem um crescimento significativo do PIB urbano no período analisado (2006-2016), o que demonstra uma baixa capacidade de agregar valor na economia urbana e regional. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), mesmo sendo indispensável, não consegue regular e gerar automaticamente o desenvolvimento. Pois, não basta apenas crescer a economia aumentando o PIB, mas instituir melhorias socioeconômicas para a sociedade como um todo. O crescimento econômico pode aumentar o produto da economia, mas não significa que criou empregos ou gerou melhorias no desenvolvimento humano (SILVA; FERRERA DE LIMA, 2014). Sendo assim, o desenvolvimento deve ser analisado para além do acúmulo de riqueza e crescimento do PIB, mas que esteja relacionado com a melhoria da qualidade de vida (SEN, 2000). Os dados do PIB querem expor que o município está crescendo economicamente, mas não necessariamente se desenvolvendo socialmente e se aproximando do município mais desenvolvido da sua região.

Assim, enquanto o IC avalia a atratividade dos municípios e sua centralidade regional, em termos de PIB, então cabe buscar um índice capaz de verificar a convergência em termos de desenvolvimento socioeconômico. Essa convergência dos municípios em relação ao mais desenvolvido foi mensurada pelo Indicador de Disparidade (ID), adaptado do estudo de Houard e Marfouk (2000) originalmente por Raiher *et al* (2014), Mantovani *et al* (2020) e Faustino e Ferrera de Lima (2021), dentre outros. O ID foi estimado com base no IFDM geral, conforme Equação 2.



$$ID = (X_i - X_{min\ j}) \div (X_{max\ j} - X_{min\ j}) \quad (2)$$

Na equação 2, X é a variável (IFDM geral) do município de porte médio i a ser estudada, X_{min} é a menor variável (IFDM geral) observada na Mesorregião j e X_{max} é a maior variável (IFDM geral) observada na Mesosul j . Conforme o valor do ID auferido para cada município foi realizada a classificação baseada nos estudos de Raiher *et al* (2014), Mantovani *et al* (2020, p. 49) e Oliveira e Ferrera de Lima (2021), com os seguintes parâmetros: $ID > 0,30$ indica convergência ao mais desenvolvido; ID entre 0,19 e 0,29 aponta inércia; e, $ID < 0,18$ indica convergência ao menos desenvolvido.

Quanto maior o ID melhor a situação do município, pois denota convergência absoluta do IFDM geral em relação ao mais desenvolvido da Mesorregião Diferenciada. Ou seja, o município analisado está convergindo para o município que possui a maior variável de IFDM na Mesorregião. Assim, além de demonstrar a convergência, o ID também compara a trajetória dos municípios em relação à variável analisada. Alves (2020) chama a atenção que no período inicial de desenvolvimento os desequilíbrios entre os espaços sub-regionais podem se acentuar, mas ao longo do tempo o dinamismo econômico deve diminuir as disparidades e fortalecer a convergência.

Para a apresentação dos resultados, foram utilizadas figuras ou “mapas” construídos com o auxílio do *software ArcMap 10.3*. Sobre o método de classificação, foi utilizado em todas as figuras o Método Quebras Naturais (MQN). As classes de Quebras Naturais são fundamentadas em agrupamentos naturais inerentes aos dados. As Quebras de Classe que melhor agrupam os valores similares do grupo e que maximizam as diferenças entre classes são identificadas. As exterioridades são divididas em classes cujos limites são configurados quando existem diferenças relativamente grandes nos valores e para valores de dados de mapeamento que não são uniformemente distribuídos, mas tendem a agrupar como valores agrupados de locais de quebras naturais na mesma classe (RAMOS; SANCHEZ, 2000; ESRI, 2021).

RESULTADOS E ANÁLISES

Com relação à população da Mesorregião Diferenciada Metade do Sul do Rio Grande do Sul (Mesosul), segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 54 municípios, ou seja, 51,9% do total não apresentaram crescimento populacional, mas ocorreu a redução do número de habitantes. Enquanto que 50 municípios ou 48,1% do total apresentaram crescimento na variação média populacional no período de 2006 a 2016.



Segundo Corrêa, Silveira e Kist (2019) o ponto demográfico da Mesosul preocupa porque entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, a população do Estado do Rio Grande do Sul cresceu 4,97%, mas a região exibiu um decréscimo de -4,6%. Essa redução seria o equivalente a soma da população dos municípios de Quaraí (RS) e Santa Margarida do Sul (RS) juntos, ou seja, retração de 25.500 habitantes. Na virada do século alguns municípios ainda apresentavam êxodo populacional.

A retração na população tem impacto num conjunto de indicadores de desenvolvimento, pois em grande parte dos indicadores estimados para os municípios brasileiros se tem a população como um parâmetro. Corrêa, Silveira e Kist (2019) observaram essa tendência na Metade Sul do RS ao analisar alguns indicadores gaúchos e perceber que a população foi um elemento que afetou o desempenho dos municípios em comparação com as demais regiões do estado.

Além da população, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), permitiram identificar a dinâmica do Produto Interno Bruto (PIB) da Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul em seus municípios nos anos de 2006 a 2016. Para tal, se utilizou como parâmetro a variação da média anual do PIB, eliminando o “efeito tamanho” entre os municípios.

O município da Mesorregião que apresentou maior variação média anual do PIB no período de análise foi Capão do Cipó (RS), com + 15,57%. Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizada por Brasil (2021), os setores que mais empregaram no município foram o comércio varejista e a agricultura, sendo esta última atividade de grande importância para o município. No segundo lugar se posicionou o município de Quevedos (RS), que apresentou variação média do PIB de + 13,74% e os setores que mais empregaram foram comércio varejista e a agricultura. Na hierarquia da dinamicidade São Martinho da Serra (RS) assumiu o terceiro lugar, com uma variação média do PIB de +12,44%; no qual os setores que mais empregaram a população foram comércio varejista e a agricultura.

O município de Jari (RS) apresentou uma variação média anual do PIB de +12,11%, sendo a agricultura o setor que mais empregou a população. Já o município Júlio de Castilhos (RS), com variação média do PIB de +11,21% e os setores que mais empregaram foram: construção civil, comércio varejista, comércio atacadista, administração técnica, transporte e comunicações, alojamento e comunicação e agricultura, segundo dados da RAIS (2021). O município de Dilermando de Aguiar (RS) apresentou uma variação média no período analisado (2006-2016) de 9,41%, sendo o setor que mais empregou foi a agricultura. Ou seja, 4,8% dos municípios da



Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul apresentaram maiores taxas de variações médias do PIB.

Os municípios que obtiveram as menores variações médias do PIB na Mesorregião no período de análise (2006-2016) foram: em primeiro lugar, o município de General Câmara (RS) com 1,72%. Os setores que mais empregavam a população era o comércio varejista e a agricultura. Em segundo lugar, o município de Turuçu (RS), com 2,19% os setores que mais geram empregos no município foram: comércio varejista e agricultura. A terceira posição foi ocupada pelo município de Alegrete, com 2,98%, no qual predomina o emprego no comércio varejista, na administração pública e no setor primário.

A partir do comportamento das variações médias do PIB nos municípios da região aqueles com médias acima de 10% foram considerados os mais dinâmicos em relação aos demais. Além disso, aqueles abaixo de 4% foram os menos dinâmicos no período analisado (2006-2016). Assim, 7,54% dos municípios estiveram no grupo dinâmico de célere mudança, enquanto 10,37% dos municípios da Mesorregião apresentaram uma taxa de variação menos significativa. Por último, é importante ressaltar que apesar de suas disparidades internas, 90,56% dos municípios cresceram a taxas acima do comportamento médio do PIB nacional de 3,93%. Ou seja, a maior parte dos municípios da Mesosul teve um desempenho superior à economia brasileira.

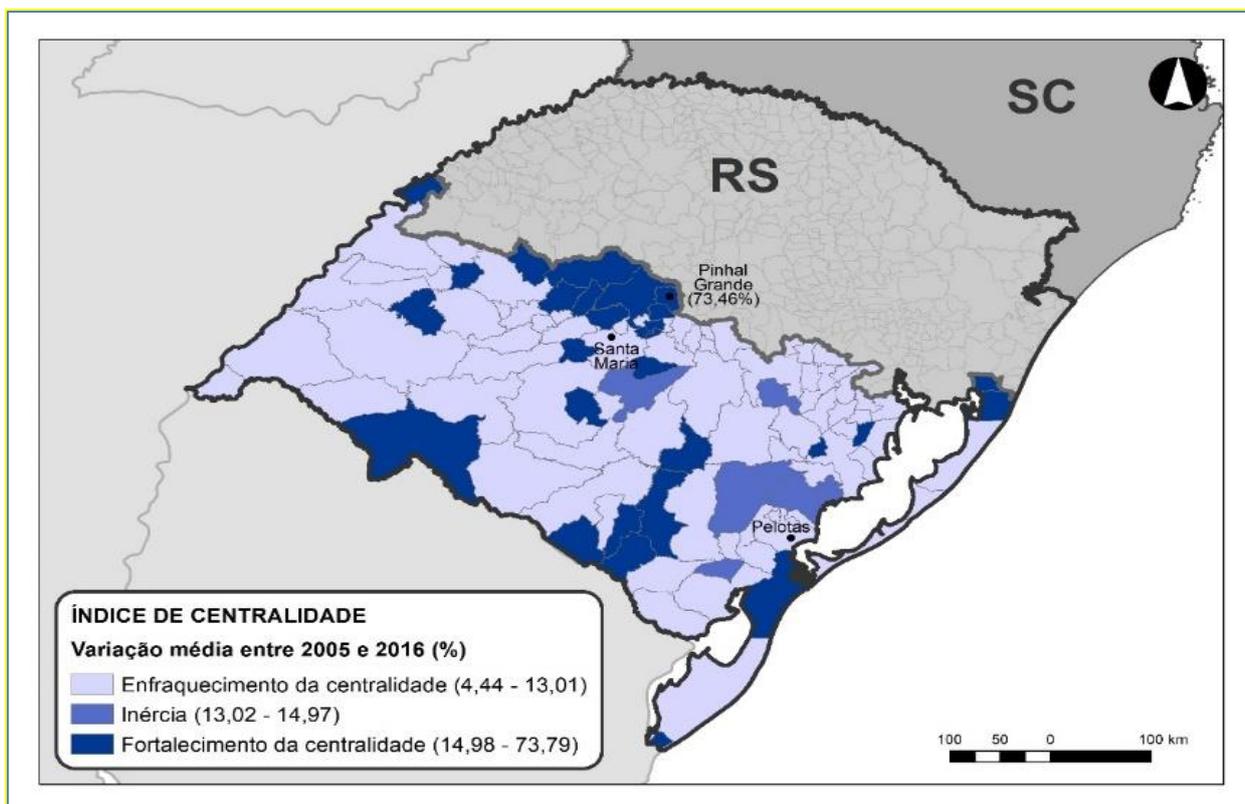
Os municípios mais dinâmicos têm o *continuum* urbano-rural como empregador da população, e, no período de análise, o ciclo das *commodities* fortaleceu as atividades rurais com a valorização dos principais produtos agropecuários produzidos e comercializados na região. Rodrigues e Oliveira (2020) e Silva *et al* (2020) demonstraram o fortalecimento das economias urbanas com forte dependência do rural durante o ciclo das *commodities*, numa análise feita comparando o período de 2006 e 2016. Nesse fortalecimento se percebeu taxas significativas de crescimento econômico nos municípios rurais, que foi estimulada pela entrada massiva de capital financeiro oriundo da comercialização dos produtos agropecuários.

ÍNDICE DE CENTRALIDADE NA MESORREGIÃO DIFERENCIADA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL

A figura 2 apresenta o perfil da centralidade das atividades urbanas nos municípios da Mesosul, utilizando os resultados do Índice de Centralidade (IC). Na apresentação dos resultados, os municípios foram classificados em três categorias: fortalecimento, inércia ou enfraquecimento da centralidade no período 2006 a 2016.



Figura 02- Índice de Centralidade (IC) do Produto Interno Bruto (PIB) Urbano (Secundário e terciário) da Mesorregião Diferenciada Metade Sul do Rio Grande do Sul - variação média de 2006 a 2016.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE (2021).

Nota: Valores deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

A análise revelou 24 municípios que obtiveram fortalecimento da centralidade dos municípios na Mesorregião, ou seja, 23,1% destes apresentaram progressividade na centralidade das atividades urbanas em relação aos demais, considerado o recorte regional. Em relação à Inércia, apenas 10 municípios entraram nesta categoria, ou seja, 9,6% não tiveram variação significativa, fosse ela negativa ou positiva. Porém, em termos de enfraquecimento da Centralidade, ela atingiu um total de 70 municípios, ou seja, 67,3%. Mesmo com o ciclo das *commodities* no período e a melhoria do emprego em áreas urbanas, uma porção considerável dos municípios não conseguiu diminuir sua polarização em termos de economia urbana. Outro elemento importante foi o posicionamento geográfico, qual seja: mais próximo à Fronteira Oeste ou ao Vale do Rio Pardo do Rio Grande do Sul, menos significativa foi a centralidade.

O município que apresentou o maior fortalecimento da centralidade na Mesosul foi Pinhal Grande (RS), com variação média do IC de 73,46%, com empregos gerados na construção civil, comércio varejista e agricultura. Outro município que mereceu destaque foi Jari (RS), com variação média IC de 30,77% e, por sua vez, empregos gerados no comércio varejista e a agricultura. Jari (RS) apresentou uma das maiores médias de variação do PIB e conseguiu também uma variação significativa do PIB *per capita* no espaço urbano.

Já dentre os municípios que apresentaram enfraquecimento da centralidade no período (2005-2016) destacaram-se: Turuçu (RS), com variação média do IC de 4,45%, na qual os setores com maior empregabilidade foram comércio varejista, transporte e comunicações e agricultura; o município de Uruguaiana (RS), com variação média IC 6,19% e teve como principais fontes de emprego a indústria metalúrgica, papel e gráfica, borracha, fumo e couros. Como Uruguaiana (RS) é o município polo da região, os dados demonstraram uma perda de hierarquia ou de área de influência, na terminologia usada por Christaller (1966). O ciclo das *commodities* fortaleceu municípios periféricos em termos econômicos, mas o decréscimo de população também se refletirá no longo prazo na perda de mercado interno.

Cargnin (2014) mostrou que os projetos amparados pelo Ministério da Integração Nacional na Mesorregião da Metade Sul abarcavam os segmentos da agricultura familiar, tais como: fruticultura, florestamento, vitivinicultura, agroindústria do leite, sementes agroecológicas; e o segmento extrativo mineral, tais como: gemas e joias. Tais ações também contribuíram para a modificação do *status* e no desempenho do crescimento econômico dos municípios num momento que as *commodities* se valorizavam no mercado internacional e, conseqüentemente, no diferencial de centralidade observados. O aumento significativo do PIB contrastou com o êxodo populacional em alguns municípios. Por isso, a intensidade e a direção desses esforços governamentais no impacto da centralidade dos municípios precisam ser avaliadas caso a caso, buscando os fenômenos associados a cada espaço e seu respectivo impacto na trajetória de crescimento municipal e seu lugar hierárquico na região.

Outro aspecto importante a ser mencionado é o espraiamento do urbano para o rural. Kieling e Silveira (2015) informam que em pequenas municipalidades do interior do estado do Rio Grande do Sul é plausível identificar um espraiamento do urbano para o rural como uma válida combinação do modo de vida de um e outro. Um protótipo claro é o uso de recursos tecnológicos como a internet pelo produtor rural. O agronegócio, com sua precificação universal por meio da produção de *commodities*, adentrou os agricultores num mundo que antes era desconhecido.

Atualmente, a averiguação da cotação de soja na bolsa de Nova York é ocupação diária para muitos agricultores. Ou seja, a perda de população em áreas urbanas também é um reflexo de um reposicionamento da população no próprio município.

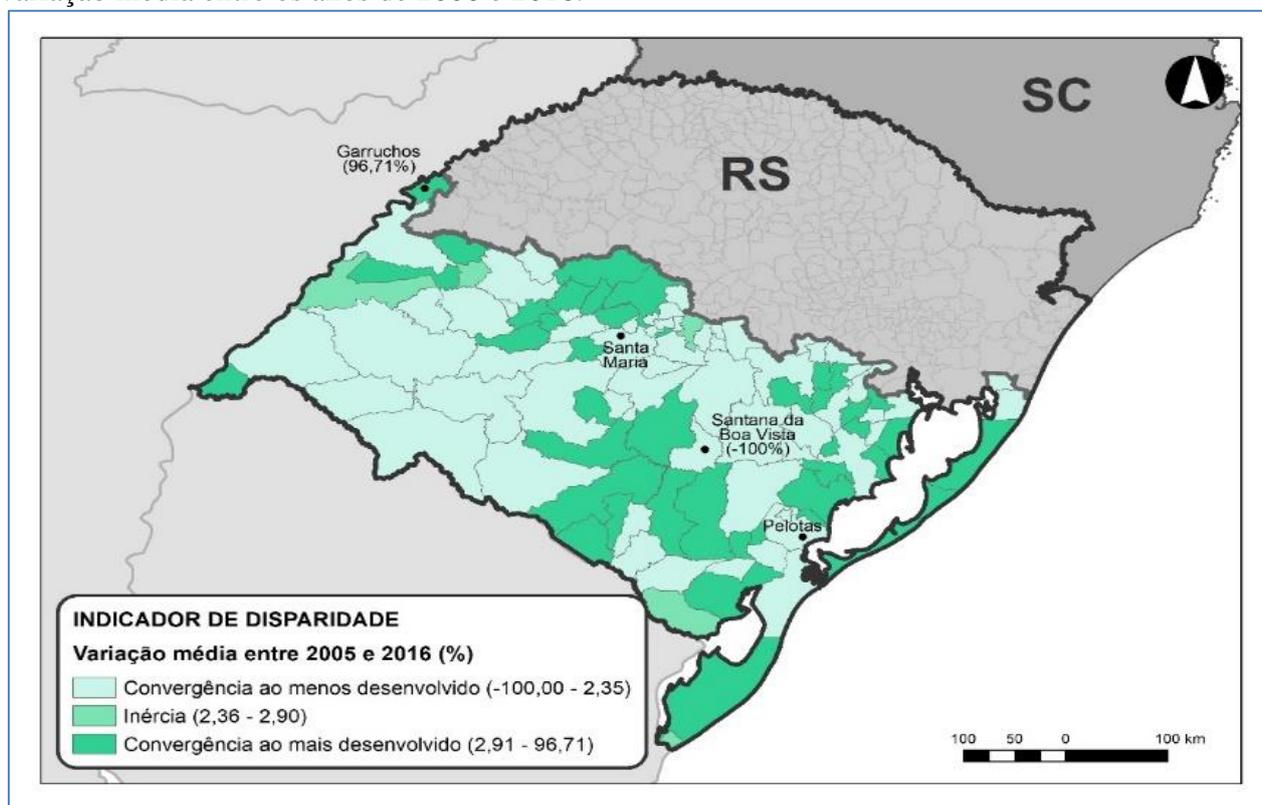
Em resumo, os municípios com fortalecimento da centralidade estão dispersos ao longo da Mesorregião, com um agrupamento de onze municípios no extremo norte da área, onde se encontra o município de Pinhal Grande (RS), destacado nos resultados enquanto um *outlier*. Há outro agrupamento nas proximidades da fronteira com o Uruguai, que é formado por cinco municípios, quais sejam: Turuçu (RS), Morro Redondo (RS), Itaquí (RS), General Câmara (RS) e Alegrete (RS). Os municípios que se apresentaram em enfraquecimento da centralidade se mostraram predominantes.

INDICADOR DE DISPARIDADE SOCIOECONÔMICA REGIONAL

A figura 03 ilustra o Indicador de Disparidade Socioeconômica Regional (ID) da Mesorregião Diferenciada Metade Sul do Rio Grande do Sul. Com os resultados foi possível identificar o nível de convergência do desenvolvimento socioeconômico dos municípios da Mesosul, quais sejam: tendendo ao perfil do mais desenvolvido ou ao menos desenvolvido, bem como os inertes (figura 3).



Figura 03. Índice de Disparidade (ID) da Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul, Brasil - variação média entre os anos de 2006 e 2016.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE (2021).

Nota: Valores deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Os resultados da pesquisa com a estimativa do ID revelaram que 41 municípios da Mesorregião tenderam à convergência ao mais desenvolvido, ou seja, 39,4% foram convergentes aos níveis mais altos de desenvolvimento. Em relação à inércia, apenas 04 municípios, quais sejam: Agudo (RS), Itaqui (RS), Jaguarão (RS) e Unistalda (RS) se encontraram neste nível, perfazendo 3,8%. Outrossim, 58 municípios tenderam em convergência ao menos desenvolvido, ou seja, 55,7% do montante da Mesorregião. A percepção é a predominância de problemas no desenvolvimento socioeconômico da maioria dos municípios e do *status* das desigualdades socioeconômicas na Mesorregião. Isto é, a expansão do PIB acima das médias nacionais não garante o mesmo patamar nos indicadores sociais.

No que diz respeito aos aspectos sociais, as informações de 2016 ilustram na Mesorregião alguns indicadores preocupantes, como é o caso do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), que é estimado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul para acompanhar o desenvolvimento dos municípios gaúchos. Os resultados do IDESE para a Mesorregião apresentaram resultados bem abaixo da média estadual, 0,697 contra 0,751 e 25º lugar no conjunto

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v32i58.6939> | Edição Vol. 32, Núm. 58, 2023.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

de 28 Coredes. Nesse caso, o valor máximo seria 1, o que demonstrou que o estado do Rio Grande do Sul não estava num grau de desenvolvimento socioeconômico satisfatório, mas a Mesorregião estava em condições piores no período. Além disso, 13 municípios apresentaram o IDESE abaixo da média, quais sejam: Alegrete (RS), Barra do Quaraí (RS), Itacurubi (RS), Itaqui (RS), Maçambará (RS), Manoel Viana (RS), Quaraí (RS), Rosário do Sul (RS), Santa Margarida do Sul (RS), Santana do Livramento (RS), São Borja (RS), São Gabriel (RS) e Uruguaiana (RS).

A situação do conjunto dos municípios da Mesosul denota um atraso em relação às demais regiões do Estado, corroborando com o estudo de Corrêa, Silveira e Kist (2019). Assim, tanto o desempenho do IDESE quanto do IFDM consolidado demonstrou alinhamento em termos de resultados, o que refletiu no resultado do ID.

Dentre os municípios com os maiores indicadores ID, o município com melhor desempenho foi Garruchos (RS), com variação média do ID em 96,71% e a variação média do PIB no período foi de 9,06%. Garruchos (RS) foi o município mais convergente ao desenvolvimento e mostrando seu potencial de desenvolvimento endógeno. Isso demonstra que apesar da relação entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico ambos podem ocorrer de forma diferenciada ao longo do tempo. Já o município que o indicador de convergência ao menos desenvolvido significativo foi Santana da Boa Vista (RS), com variação média ID de -100% do seu indicador, apesar de uma variação média anual do PIB de 9,31%.

Logo, vale destacar outros municípios que apresentaram desenvolvimento socioeconômico significativo: Itacurubi (RS), com variação média do ID em 31,75% e a variação média do PIB em 7,17%; Cerrito (RS), com variação média do ID de 16,80% e variação média do PIB em 5,83%; Cerro Grande do Sul (RS), com média de variação do ID na faixa de 16,37% e seu PIB em 5,67%; Lavras do Sul (RS) com variação média do ID em 19,96% e o PIB em 6,59%; e o município de Quevedos (RS), com variação média ID na faixa de 17,76% e sua variação média anual do PIB de em 13,74%. Foram municípios convergentes ao desenvolvimento, ou seja, apresentaram desenvolvimento socioeconômico significativo se aproximando do mais desenvolvido da região.

Porém, dentre os municípios que tenderam à convergência com o menos desenvolvido destacaram-se: Santana da Boa Vista (RS), com uma retração no ID de -100%, e a variação média do PIB foi de 9,31%; Capão do Leão (RS), com variação média ID em -5,09% e sua variação média do PIB foi de 4,78%; Cerro Branco (RS), com variação média ID em -6,16% e o PIB em 4,60%; Dom Feliciano (RS), com variação média ID em -11,48% e seu PIB com variação média anual de 4,76%; General Câmara (RS), com variação média de variação do ID em -5,35% e sua



variação média anual do PIB em 1,72%; Pedras Altas (RS), com variação média do ID de -9,36% e sua variação média do PIB foi de 8,50%; Pinhal Grande (RS) apresentou nível de convergência ao menos desenvolvido de -6,67% e sua variação média anual do PIB foi de 7,91%; e Toropi (RS), que apresentou nível de convergência ao menos desenvolvido com variação média do ID em -6,29% e sua média de variação média anual do PIB foi de 6,28%. Os resultados reforçaram a decalagem entre o nível de crescimento econômico urbano dos municípios e seu perfil de desenvolvimento socioeconômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse estudo foi analisar a economia urbana e o grau de desenvolvimento socioeconômico da Mesorregião Diferenciada Metade Sul do Rio Grande do Sul. Para isso foi utilizado o Índice de Centralidade (IC) para obter informações sobre a concentração das atividades econômicas urbanas nos municípios da Mesorregião e o Indicador de Disparidade Socioeconômica (ID), usado para visualizar a convergência do nível de desenvolvimento socioeconômico municipal, a partir de dados do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) na área da saúde, a educação, emprego e renda.

Com os dados foi possível identificar que os 54 municípios da Mesorregião apresentaram variação média populacional negativa. A perda de população e o crescimento do Produto Interno Bruto ampliaram a variação do PIB *per capita*, que apresentou valores bem significativos no período de análise. Isso teve rebatimentos no IC, pois apenas 24 municípios apresentaram fortalecimento da centralidade, ou seja, das atividades urbanas, e 70 municípios apresentaram enfraquecimento da centralidade. Isso é explicado porque a Mesorregião possui uma economia com forte influência do setor agrícola, o que fortaleceu o crescimento do PIB durante o ciclo das *commodities*, mas não foi suficiente para ampliar a expansão da economia urbana, afetada pelo êxodo populacional e as condições de distribuição de renda.

No estudo da convergência, no qual o ID foi o indicador utilizado tomando como variável chave o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) foi possível visualizar a principal fragilidade da região: a dimensão emprego e renda. Dentre as dimensões que compõem o IFDM, a dimensão emprego e renda mensurada com dados do emprego formal, da formalização da força de trabalho exclusivamente local e o rendimento do trabalho se percebeu que o crescimento do PIB não se reverteu no crescimento das ocupações laborais de forma significativa na maioria dos municípios da Mesorregião.



A partir de informações apontadas na revisão de literatura e nos dados sistematizados se percebeu que políticas de emprego e renda que estimulem a agroindustrialização e inovações nas atividades urbanas são um primeiro passo para reverter o quadro de esvaziamento populacional e fortalecimento das economias urbanas locais. Além disso, a capacitação e qualificação da mão-de-obra local, com oportunidades de empreendedorismo local, como a formação de incubadoras de empresas e parques tecnológicos em associação com as Instituições de Ensino Superior são também alternativas a serem pensadas e estudadas. Essas sugestões são alternativas dentre outras que novas pesquisas podem apontar para a melhoria nas condições econômicas e na criação de uma nova base produtiva nos municípios.

Logo, com o estudo realizado foi possível identificar algumas fragilidades da Mesorregião, como a estagnação de determinados municípios em termos de desenvolvimento socioeconômico apesar dos altos níveis de crescimento econômico. Porém, este foi apenas um estudo preliminar, o que abre um leque e apontamentos para pesquisas mais aprofundadas em escala municipal para dar continuidade ao tema investigado com dados e procedimentos mais detalhados e aprofundados sobre a Mesosul.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos especiais ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) pelo suporte fornecido por meio do Edital Universal e Demanda Social.

REFERÊNCIAS

ALVES, D. F. Teoria dos desequilíbrios regionais e a hipótese de convergência do desenvolvimento para as regiões Brasileiras. **Estudo & Debate**, v.27, n.04, p. 150-167, 2020. DOI: 10.22410/issn.1983-036X.v27i4a2020.2589.

ALVES, L. R.; FERRERA DE LIMA, J.; RIPPEL, R.; PIACENTI, C. A. O continuum, a localização do emprego e a configuração espacial do Oeste do Paraná. **Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada HEERA**, v. 02, n.02, p. 25-47, 2007.

ALVES, D. F.; LIMA JÚNIOR; F. do O'; SIQUEIRA, R. M.; REBOUÇAS FILHO, P. J. Estrutura produtiva nas mesorregiões do Nordeste brasileiro: uma análise fatorial. **Informe GEPEC**, v. 22, n.2, p. 81-98, 2018. DOI: 10.48075/igepec.v22i2.20053.



- BIER, C. A.; SIMÕES, R.; DABROWSKI, I.; CARUBELLI, C.A. Iniciativas de promoção do desenvolvimento local sustentável: um estudo comparativo das iniciativas do poder público brasileiro e da União Europeia. **Revista Grifos**, v. 29, n.50, p. 07-28, 2020.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Desenvolvimento Regional. **Plano de Ação Integrada e Sustentável da Mesorregião Metade Sul do RS**. Brasília: MIN, 2012.
- BRASIL. Ministério da Economia. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília – DF: Ministério da Economia, 2021.
- CARDOZO, F. A. C.; CASTRO JÚNIOR, F. B.; MÜLLER, C. J. Competitividade e desenvolvimento das cidades: breves comentários sobre a competitividade, planejamento estratégico e seus efeitos no planejamento urbano. **Estudo & Debate**, v. 27, n.01, p. 99-112, 2020.
- CARGNIN; A. P. Política Nacional de Desenvolvimento Regional e repercussões no Rio Grande do Sul. **Mercator**, v.13, n.1, p. 19-35, 2014.
- CAVALCANTE, L. R. M. T. Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização. **Revista Brasileira de estudos Regionais e Urbanos**, v.02, n.01, p. 09-32, 2008.
- CORRÊIA, J. C. S.; SILVEIRA, R. L. L.; KIST, R. B. B. O planejamento regional no Rio Grande do Sul: algumas observações a partir do Corede Fronteira Oeste. **Informe GEPEC**, v. 23, edição especial, p. 115-134, 2019. DOI: 10.48075/igepec.v23i0.22748.
- CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. New Jersey: Prentice- Hall, 1996.
- DEMARCO, S. M.; MAIA, C. M. A Universidade Federal da Fronteira Sul como fator decisivo para o desenvolvimento da mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. **Anais 2º Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento**. Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, Santa Catarina, 2014.
- ESRI. **Métodos de Classificação**. 2016. Disponível em: <<https://doc.arcgis.com/pt-br/maps-for-office/4.0/design-and-use/classification-methods.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- ETGES, V. E. Mesorregiões brasileiras: o portal da Metade do Sul/RS - Mesosul. **Revista Redes**, v.10, n.2, p. 73-83, 2005.
- FERRERA DE LIMA, J.; BIDARRA, B. S. Concentração e desigualdade na Região Metropolitana de Curitiba. **Revista Brasileira de Gestão Urbana – URBE**, v.11, n. 02, p. 01-15, 2019. DOI: 10.1590/2175-3369.011.002.ao01.
- FERRERA DE LIMA, J. O espaço e a difusão do desenvolvimento econômico regional. In: PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J.; EBERHARDT, P. H. **Economia e desenvolvimento regional**. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2016, p.05- 22.
- FERREIRA, H. V. da C.; MOREIRA, M.. Programas de mesorregiões diferenciadas: subsídios à discussão sobre a institucionalização dos programas regionais no contexto da PNDR. In: DINIZ, C.



C., (Org.). **Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil.** EdUnB: Brasília, 2007, p.191-217.

FIRJAN. Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **IFDM - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal.** Rio de Janeiro: Firjan, 2021.
<<https://www.firjan.org.br/ifdm>>. Acesso em: 18 setembro 2021.

FURTADO, C. O processo histórico de desenvolvimento. BRESSER-PEREIRA, L. C.; REGO, J. M. (org.) **A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos.** São Paulo: Editora 34, 2001, p. 253-280.

HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. W. **Desarrollo agrícola: una perspectiva internacional.** México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

HOUARD, J.; MARFOUK, A. Portrait socio-économique des régions européennes. In: BEINE, M.; DOCQUIER, F. (org.). **Croissance et convergence économiques des régions: théorie, faits et déterminants.** Bruxelles: De Boeck Université, 2000, p. 19-53.

IBGE. **Malhas Municipais do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em:
<https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/malhas_territoriais/malhas_municipais/municipio_2015/Brasil/BR/>. Acesso em: 04 dez. 2021.

JOYAL, A.; BESSA, L. F. M. Inteligência territorial e desenvolvimento sustentável: exemplos marroquinos e brasileiros. **Informe GEPEC**, v. 16, n. 1, p. 6–25, 2012. DOI: 10.48075/igepec.v16i1.6351.

KIELING, R. I.; SILVEIRA, R. L. L. da. O rural, o urbano e o continuum urbano-rural no contexto do desenvolvimento regional. **Perspectiva**, v. 39, n.148, p. 133-143, 2015.

MANTOVANI, G. G.; RUTHS, J. C.; DE SOUZA, M. P. R.; FERREIRA, R. L. A.; CATTELAN, R.; MATTEI, T. S.; DE CAMARGO; W. S. A dinâmica do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da Faixa de Fronteira Brasileira. In: FERRERA DE LIMA, J. (org.). **Desenvolvimento regional fronteiriço no Brasil.** Toledo (PR): NDR – UNIOESTE, 2020, p. 35-113.

OLIVEIRA, O. F.; FERRERA DE LIMA, J. Desenvolvimento regional diferenciado no Seridó brasileiro. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho (RERUT)**, v. 10, n. 01, p. 129-150, 2021. DOI: 10.21680/2316-5235.2021v10n1ID23796.

RAIHER, A. P.; FERRERA DE LIMA, J.; KLEIN, C. F. A distribuição espacial da indústria no Sul do Brasil e sua convergência. **Análise Econômica**, v. 32, n. 61, 2014.

RAMOS, C. da S. E.; SANCHEZ, M. C. Estudo metodológico da classificação de dados para cartografia temática. **Geografia**, v. 25, n.02, p. 23-52, 2000.

ROCHA NETO, J. M.; BORGES, D. F. Políticas públicas coordenadas e presidencialismo de coalizão: o caso do Promeso. **Cadernos EBAPE**, v. 14, n. 3, 2016.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v32i58.6939> | Edição Vol. 32, Núm. 58, 2023.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

RODRIGUES, W.; OLIVEIRA, T. A. Vulnerabilidade e o desenvolvimento das regiões do agronegócio no Brasil (2007/2017). **Informe GEPEC**, v. 24, n. 02, p. 232-348, 2020. DOI: 10.48075/igepec.v24i2.25044.

SILVA, S. P. Análise da trajetória institucional de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional no Brasil. **Revista Serviço Público**, v. 67, n. 03, p. 351-376, 2016.

SILVA, J. S. S.; FERRERA DE LIMA, J. O desenvolvimento socioeconômico dos municípios da Mesorregião Diferenciada de Águas Emendadas. **Interação**, v. 23, n. 1, p. 61-77, 2021.

SILVA, A.C.; FERRERA DE LIMA, J. O Conceito de ruptura estrutural no desenvolvimento econômico regional. **Pensamento Plural**, n. 15, p. 133-149, 2014.

SILVA, M. R.; SCHMIDT FILHO, R.; SOUZA, D. M.; BEZERRA, F. K. Exportações, inserção comercial e especialização produtiva: uma análise para os produtos primários brasileiros entre 2001 e 2016. **Estudo & Debate**, v. 27, n. 03, p. 46-67, 2020.

STRASSBURG, U.; FERRERA DE LIMA, J.; OLIVEIRA, N. M. A centralidade e o multiplicador do emprego: um estudo sobre a Região Metropolitana de Curitiba. **Revista Brasileira de Gestão Urbana – URBE**, v. 06, n. 02, p. 218-235, 2014. DOI: 10.7213/urbe.06.002.AC01.

TECCHIO, A.; CAZELLA, A. A. Territorialização da ação pública no Meio Oeste Contestado: uma ferramenta para o enfrentamento da pobreza? **Revista Grifos**, v. 30, n. 53, p. 07-29, 2021.

VASCONCELOS, L. H. C.; ANTONELLO, I. T. Política Nacional de Desenvolvimento Regional no Sudoeste do Paraná. **Mercator**, v.19, e. 19025, p.02-13, 2020.

